Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,

No debate que agora termina, ficou claro para todos aquilo que nos separa - Governo e PSD –, da oposição.

E aqui permitam-me dirigir uma palavra especial ao Grupo Parlamentar do PSD, que sem nunca deixar de nos apoiar, e mantendo um espaço e um pensamento próprio, colocou questões muito pertinentes que nos obrigaram a refletir, num contributo decisivo para que o Governo se mantenha na linha Programática com que nos comprometemos com aqueles que nos elegeram.

Da nossa parte, viemos para esta discussão como sempre o fizemos e como vamos continuar a fazer, sempre que nos apresentarmos nesta Assembleia:

Desde logo, apresentando o melhor Orçamento que nos foi possível aqui trazer, que a todos beneficia, mas que dá uma atenção especial àqueles que dispõem de menos recursos.

Depois, procurando, de forma objetiva e sem subterfúgios, esclarecer todas as questões que nos foram colocadas, sem sobranceria, explicando todas as nossas opções, sem fugir a nenhuma pergunta, e respeitando sempre todos os Partidos e todas as Senhoras e os Senhores Deputados por igual.

Infelizmente, esta atitude não foi partilhada por todos os Partidos da Oposição, sendo que alguns, felizmente a minoria, foram-nos brindando com adjetivos menos próprios que não prestigiam o debate Parlamentar.

Sem nunca pôr verdadeiramente em causa os objetivos essenciais que guiam a nossa Proposta de Orçamento e o grande alcance político das medidas tomadas, a Oposição balançou, não raras vezes, entre a demagogia e a falta de ideias válidas.

O que até **é compreensível** face à evidente coerência deste Orçamento que nos propomos cumprir para o reforço do bem-estar das famílias Madeirenses e Porto-Santenses.

Mas há outras coisas que já não são tão **compreensíveis**.

Não é compreensível, por exemplo, **a obsessão do Senhor Deputado Gil Canha** – a quem agradeço os elogios com que me brindou no início desta semana, e que me deu ânimo para o resto da semana –, [dizia eu que não é compreensível a obsessão do Senhor Deputado Gil Canha] quando põe em causa toda a nossa atuação, ignorando aquilo que estamos verdadeiramente a fazer exatamente em prol daqueles que têm menos voz na nossa sociedade.

Compreendo ainda menos o PS quando põe à frente dos interesses da Madeira, os interesses da ocasião, os interesses partidários e até, em alguns momentos, os interesses e as motivações do Governo da República, como quando, num momento infeliz, o Senhor Deputado Vítor Freitas pôs o Primeiro-Ministro a financiar quase tudo o que aqui vai ser feito no próximo ano.

[E aqui honra seja feita ao Senhor Deputado Jaime Leandro que por entre os pingos da chuva lá se foi mantendo afastado desta demagogia].

Como se ao cumprirem uma Lei – a Lei de Finanças das Regiões Autónomas - estivessem a fazer algum favor aos Madeirenses e aos Porto-Santenses!

Mas o mais lamentável é que o PS pensa verdadeiramente que nos estão a fazer um favor ao cumprir a Lei, o que explica alguns erros colossais que cometeram contra a Região no passado recente.

Mas compreendi, e vi, os dois Partidos Socialistas que temos na Madeira – um representado na primeira fila e outra na segunda fila desta Assembleia –, que concorrendo um contra o outro, **tiveram necessidade de chumbar este Orçamento duas vezes**: uma aqui na 3.ª feira e outra no Largo do Município, na 5.ª feira.

Tudo isto envolto num imenso mar de lágrimas, carpidas pela perseguição que o Governo estará a fazer ao Partido Socialista do Largo do Município.

Mas o CDS foi o Partido que mais surpreendeu pela negativa, não só pela afronta (que depois foi afrouxando) contra os funcionários públicos – que não esperava, e que não deixa antever nada de bom para os lados de Santana –, mas sobretudo pela proposta de alteração ao IRS que tiveram a ousadia de apresentar.

É que nunca pensei que um partido – mesmo sendo assumidamente de direita –, tivesse a coragem de assumir uma proposta de redução do IRS de 10,5 milhões de euros, em que 60% desse valor – 6,1 milhões de euros – vai [direitinho] para as 139 famílias mais abastadas da Madeira.

Se esta proposta do CDS fosse aprovada, essas 139 famílias, que recebem mais de 80 mil euros por ano, seriam em média beneficiadas com um *jackpot* de 43.885 euros cada em 2017!

O Partido Republicano da América e o Senhor Trump não fariam melhor.

Com propostas como esta, não admira que o subconsciente do Senhor Deputado Lopes da Fonseca o tenha compelido a afirmar na 2.ª feira que eu aqui continuaria por mais algum tempo, que o mesmo é dizer que acha que o lugar do CDS deve continuar a ser na oposição.

Mas também assistimos a alguns equívocos, como o PCP a discutir a Conta de 2016 em vez do Orçamento para 2017, num raro momento em que vimos o PCP um pouco à frente no tempo.

Já o JPP demonstrou uma dupla identidade, defendendo nesta Assembleia a redução do IRC, talvez para criar folga para poder aumentar ainda mais o IRC em Santa Cruz.

Esta dupla identidade é algo já usual neste Partido, quando, por exemplo, nos inunda com pedidos de esclarecimento, fazendo-se de vítimas quando não recebem a informação pedida ao fim de uma semana, mas depois ignorando por completo os pedidos de informação que são feitos à Câmara Municipal de Santa Cruz.

Mas deste problema **de dupla identidade** também padecem o PCP e o Bloco de Esquerda, que na Assembleia da República dão saltos de alegria por verem aumentadas em 6 euros as pensões até 275 euros, e aqui, nesta Assembleia, consideram que uma redução do IRS que será sempre superior a 10 euros por mês não dá para pagar a bica.

Os mesmos 10 euros que era o objetivo comum destes Partidos no aumento das pensões até 275 euros, que se ficou pelos 6 EUROS (40% menos).

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Todo este comportamento da Oposição só pode ser explicado pela falta de argumentos **face a um Orçamento** que eleva o poder de compra das famílias, devolvendo 6,5 milhões de euros de rendimentos em 2017 (12,5 milhões de euros nestes dois anos de mandato).

Face a um orçamento que repõe o subsídio de insularidade, beneficiando mais de 19 mil famílias, aumentando rendimentos em mais de 4,5 milhões de euros.

Um orçamento que incentiva a economia, ao garantir dotações superiores a 45 milhões de euros para as iniciativas empresariais.

Que fomenta o emprego, promovendo programas de apoio à empregabilidade e à formação.

Que concretiza investimentos nos 11 concelhos da Região, que darão trabalho a pequenas e médias empresas.

Que promove o bem-estar das famílias, canalizando mais de metade das dotações disponíveis para as áreas sociais.

Que aumenta as transferências para a Saúde, garantindo a melhoria da prestação generalizada dos cuidados DE SAÚDE.

Que aposta no aumento da oferta e na qualidade das infraestruturas escolares, com a construção das escolas da Ribeira Brava e do Porto Santo, só para dar 2 exemplos.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

É verdade que todos desejaríamos mais.

Mas também é verdade que todos os presentes nesta Assembleia, e creio que todos os Madeirenses e Porto-Santenses, sabem bem da prudência que devemos ter na gestão das nossas contas.

Prosseguiremos, conforme formos criando condições financeiras, com as medidas que vêm sendo tomadas nos diferentes setores da governação, mas sempre com condições para que as mesmas possam perdurar para o futuro.

Não nos peçam imediatismos, porque não vamos por aí.

Manteremos o rumo traçado ao serviço de uma Região mais competitiva, com mais qualidade de vida e com mais justiça social, para que todos se sintam mais seguros e confiantes no futuro.

Muito obrigado.

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 16 de dezembro de 2016